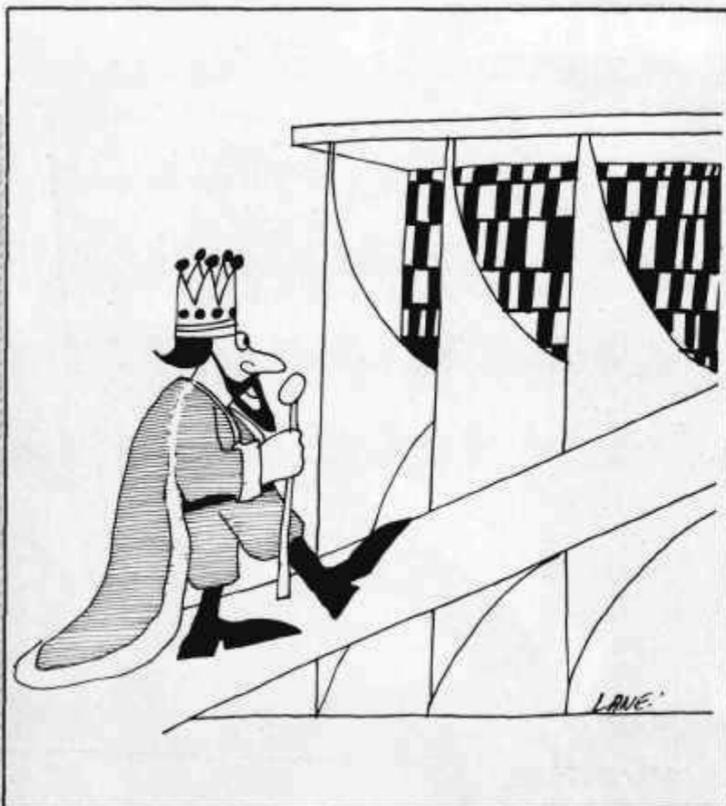


Sem acordo, votação sobre Procuradoria é suspensa

Josemar Gonçalves



Príncipe acredita que Brasil terá monarquia

Porto Alegre — Apesar de ter sido aprovado o presidencialismo na Constituinte, o herdeiro do trono do Brasil, D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, 75 anos, afirmou estar convicto da volta da monarquia e iniciou ontem uma extensa programação, que é uma verdadeira campanha, no Rio Grande do Sul, até o dia 22, quando retornará ao Rio.

Recebido às 11h00 por dezenas de integrantes do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos na sala VIP do aeroporto Salgado Filho, D. Pedro revelou seus planos em um hotel no centro da cidade, em entrevista coletiva.

Moratória para a dívida externa, reforma agrária imediata e maior

justiça na distribuição de rendas são a base apresentada por ele para a solução dos problemas nacionais, retomando planos de sua avó, a princesa Isabel, segundo explicou. D. Pedro lembrou que logo após a Abolição da Escravatura, sua avó pretendia iniciar uma reforma agrária para dar terra aos negros.

Sua convicção na volta da monarquia baseia-se na negação de uma cláusula, por 366 votos contra 29, no plenário da Constituinte, fazendo com que se possibilite à Nação discutir e até aprovar a volta da monarquia através de um plebiscito em 1993. Isto acontecerá se passar a emenda Cunha Bueno na votação em plenário.

Lins prevê parlamentarismo

"O País não vai agüentar por muito tempo mais o presidencialismo e, dentro de no máximo dois anos, deve mudar o sistema de governo do Brasil para o parlamentarismo". Essa é a oposição do deputado José Lins (PFL-CE), que vê o Congresso Nacional como soberano para fazer qualquer tipo de mudança constitucional, independentemente de qualquer prazo.

Lins aponta o "caos generalizado em que se encontra o País" como fator para alteração do sistema de governo. "Com a definição pelo presidencialismo, que era o

desejado pelo presidente José Sarney, todos esperavam que viessem as soluções prometidas. Contudo, isso não ocorreu, gerando frustração e muitos que votaram pela manutenção do sistema hoje estão convencidos que o parlamentarismo é o melhor", raciocina.

Apesar de ver algumas distorções no projeto constitucional, como o próprio sistema de governo, na área econômica e a permissão de greve no serviço público, José Lins aguarda uma Constituição progressista e equilibrada, devendo ser promulgada, no máximo, dentro de dois meses.

"Revisão não passa de sonho"

O deputado Roberto Cardoso Alves, um dos principais líderes do Centrão, admitiu ontem, que sua defesa por uma revisão do capítulo dos Direitos Sociais já aprovados não passa de sonho de uma noite de verão, pois está certo de que não conseguirá reunir os 280 votos necessários a promoção das mudanças que deseja fazer.

Ele acha que muitos dos direitos aprovados não se incluem em matéria constitucional e preferia

vê-los tratados na legislação originária. Mas o deputado José Geraldo Ribeiro, que negociou este capítulo em nome do Centrão, revelou que tudo aquilo que não foi objetivo de acordo ou este se deu de forma apressada poderá ser revisado. Entre esses pontos citou a licença paternidade, a jornada de seis horas em turno de revezamento e a imprescritibilidade dos direitos trabalhistas para os empregados rurais.

A Constituinte voltou a parar ontem em função do impasse no capítulo que trata da Procuradoria Geral da União, Ministério Público e Defensoria Pública. A sessão foi interrompida às 17h00 e até às 22h30 os líderes de partidos reunidos no gabinete do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) ainda não haviam chegado a um acordo.

Uma possibilidade de acordo chegou a ser esboçada em torno de três emendas de fusão acertadas em reuniões na última sexta-feira e na manhã de ontem. Entretanto, o lobby dos procuradores, promotores e até de delegados de polícia foi muito forte ontem no Congresso, cada um procurando defender seus interesses, que estavam em desacordo com os textos elaborados pelos parlamentares.

Os procuradores, por exemplo, não gostaram que fosse criada a Advocacia Geral da União, que toma parte de suas funções. Com a aprovação do texto, o advogado geral da União terá competência exclusiva de defender a União, enquanto que a Procuradoria Geral da União, terá as mesmas atribuições do Ministério Público, que cuidará da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais.

Desacordo
O ponto de desacordo também envolve a esquerda e os conservadores. Os progressistas querem ampliar as atribuições e os poderes dos procuradores e os integrantes do Centrão querem mantê-las iguais às exercidas hoje. Até às 20h00 já haviam sido acordados os mesmos pontos acordados anteriormente em torno do texto sobre o Ministério Público. Houve apenas pequenas alterações, segundo o deputado Vivaldo Barbosa.

Outra questão que gerava polêmica era a aposentadoria especial para os promotores públicos que no texto está igual ao que está estabelecida para os juizes. A questão provocou polêmica entre os promotores e juizes, porque as duas categorias passaram a ter os mesmos direitos. Em função de conflito ficou decidido que esses dois tipos de aposentadorias serão revogadas.

A polêmica em torno desse capítulo do projeto de Constituição foi engrossada também porque o texto estabelece que o Ministério Público terá o controle de fiscalização sobre as atividades da Polícia. A emenda não agradou aos delegados de polícia, que também engrossaram o lobby.



O superintendente do DPF, Romeu Tuma, fez o Lobby dos delegados junto a José Lourenço (PFL)

Empresários querem proteção

São Paulo — As pequenas e médias empresas brasileiras decidiram lutar na Constituinte para fazer valer seus direitos e interesses. Sete associações empresariais — Associação Fluminense das Pequenas e Médias Empresas — Flupeme —; Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina — Abifina —; Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais — Alanac —; Associação das Indústrias Brasileiras de Produtos para Laboratórios — Assibral —; Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia — Abrabi —; Associação Latino-Americana da Indústria Farmacêutica — Alifar —; e Associação dos Distribuidores Brasileiros de Produtos para Laboratórios — Adislab —, se juntaram para trabalhar ao lado dos constituintes no sentido de aprovar medidas que as protejam e as

diferenciem das multinacionais.

Dois documentos já foram elaborados pelas sete associações e estão sendo enviados aos constituintes, pedindo a aprovação do artigo 200, seus parágrafos e adendos, no capítulo da Ordem Econômica e Financeira e os artigos 254 e 255, no capítulo de Ciência e Tecnologia. As pequenas e médias empresas nacionais, consideram que aprovados esses artigos como estão no relatório Cabral da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, abre-se preservando-se a soberania e a independência do País.

Tudo o trabalho de pressão junto aos constituintes será feito no sentido de mudar a postura principalmente do chamado Centrão, que elaborou uma emenda, que segundo as associações empresariais, não atende aos legítimos interesses da verdadeira empresa nacional.

Emenda defende os cassinos

Os constituintes eleitos nas estâncias hidrominerais iniciaram ontem, uma campanha pela reabertura dos cassinos. Eles pretendem aprovar uma emenda aditiva ao artigo 34 do ato das Disposições Transitórias, que revoga o Decreto-Lei 9.215, de abril de 1946, que proibiu o jogo em todo o território nacional.

A única emenda que conseguiu parecer favorável do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), dentre as quatro apresentadas para restabelecer o funcionamento dos cassinos, foi a do deputado Aloysio

Teixeira (PMDB-RJ), que já iniciou contatos com representantes da Igreja, que resistem à idéia.

Ontem Vasconcelos distribuiu no plenário, cartazes alusivos à liberação do jogo, com uma foto do cassino do município de São Lourenço-MG, construído em 1940, pelo presidente Getúlio Vargas.

O projeto de lei pretende vincular o funcionamento do jogo às normas da Caixa Econômica Federal, assegurando que 30% dos lucros sejam aplicados obrigatoriamente em obras sociais nas regiões beneficiadas.

Governo perderá no sistema tributário

O deputado José Geraldo (PMDB-MG), um dos principais coordenadores do Centrão para economia e tributação, disse que o Governo Federal "já perdeu a briga pelo sistema tributário para os governadores". Segundo ele, os representantes do Governo não apresentaram qualquer alternativa sobre o assunto e agora não há tempo para mais nada.

"Quando houve a negociação sobre o sistema tributário, eu me cansei de pedir ao então ministro Bresser Pereira e ao seu secretário-geral, Mailson da Nóbrega, sugestões para resolver o problema. Eles nunca apresentaram nada concreto. Reconheço que a sangria nos cofres federais será muito grande, sem que os estados e municípios assumam qualquer encargo.

Controle

O texto que está prevalecendo no anteprojeto de Constituição estabelece que, do total arrecadado no Imposto de Renda e no Imposto sobre Produtos Industrializados, os estados ficam com 21,5% (contra 17% atuais) e os municípios ficam com 22,5% (contra os 15% atuais), além de aumentar para 3% o Fundo Especial para o Nordeste (atualmente, este fundo fica com 2% da receita). Os estados e municípios assumem também o controle total dos impostos únicos (energia elétrica, combustíveis etc), sem se responsabilizar por qualquer das atuais atribuições e encargos da União.